

# CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA

## Revolutionary Criticism

Crit Revolucionária, 2023;3:e003

Artigo original

[https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR\\_RC.2023.v3.19](https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR_RC.2023.v3.19)

## FASCISMO NA COLÔMBIA: MILITARIZAÇÃO, ANTICOMUNISMO E A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO INTERNO

Angela NAVIA<sup>1, 2</sup> 

<sup>1</sup> El presente escrito es una reflexión resultado del diálogo suscitado en el panel “¿Por qué (neo)fascismo? reconceptualizaciones y perspectivas para pensar América Latina”, realizado en el Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología -ALAS- desarrollado en el mes de agosto del 2022 en la Universidad Nacional Autónoma de México.

<sup>2</sup> Benemérita Universidad Autónoma de Puebla–BUAP, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Puebla, Pue., México.

**Autor de correspondência:** Angela Navia [angela.navia@alumno.buap.mx](mailto:angela.navia@alumno.buap.mx)

Recebido: 24 jan 2023

Revisado: 24 mar 2023

Aprovado: 24 mar 2023

[https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR\\_RC.2023.v3.19](https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR_RC.2023.v3.19)

Copyright: Artigo de acesso aberto, sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC), que permite copiar e redistribuir, remixar, transformar e criar a partir do trabalho, desde que sem fins comerciais. Obrigatória a atribuição do devido crédito.



### Resumo

Este escrito pretende refletir sobre a existência do fascismo na Colômbia. O uso do conceito é uma questão de debate nos setores acadêmico, social e político. Por um

lado, fala-se da impertinência de seu uso ao cair em exagero ou anacronismo; por outro lado, optam-se por termos como autoritarismo ou populismo. Por isso nos perguntamos: é válido falar de fascismo na Colômbia? Para responder, a carta é composta de duas partes. A primeira reflete sobre algumas características do fascismo; é feito na forma de teses que servem para análise e discussão. A partir dessas premissas, na segunda parte se posiciona o contexto da Colômbia. A ênfase é colocada em dois elementos: a militarização e o anticomunismo como forma de construir um inimigo interno. A reflexão conclui que as práticas fascistas foram desenvolvidas e mantidas na Colômbia; conseqüentemente, é viável e necessário utilizar o conceito.

**Descritores:** Fascismo; Colombia; Militarização; Anticomunismo; Inimigo interno.

<p><b>FASCISMO EN COLOMBIA: MILITARIZACIÓN, ANTICOMUNISMO Y CONSTRUCCIÓN DEL ENEMIGO INTERNO</b></p> <p><b>Resumen:</b> El presente escrito se propone reflexionar sobre la existencia del fascismo en Colombia. El uso del concepto es motivo de debate en sectores académicos, sociales y políticos. Por un lado, se habla de la impertinencia de su uso al caer en una exageración o anacronismo; por otro lado, se opta por términos como autoritarismo o populismo. Por eso nos preguntamos: ¿es válido hablar de fascismo en Colombia? Para dar respuesta, el escrito se compone de dos partes. En la primera se reflexiona sobre algunas características del fascismo; se lo hace a manera de tesis que sirven para el análisis y la discusión. Desde estas premisas, en la segunda parte se posiciona el contexto de Colombia. Se hace énfasis en dos elementos: la militarización y el anticomunismo como forma de construcción de enemigo interno. La reflexión concluye que sí se han gestado y se mantienen prácticas fascistas en Colombia; en</p>	<p><b>FASCISM IN COLOMBIA: MILITARIZATION, ANTI-COMMUNISM AND THE CONSTRUCTION OF THE INTERNAL ENEMY</b></p> <p><b>Abstract:</b> This writing intends to reflect on the existence of fascism in Colombia. The use of the concept is a matter of debate in academic, social and political sectors. On the one hand, there is talk of the impertinence of its use when falling into an exaggeration or anachronism; on the other hand, terms such as authoritarianism or populism are chosen. That is why we ask ourselves: is it valid to speak of fascism in Colombia? To respond, the letter is composed of two parts. The first reflects on some characteristics of fascism; it is done in the form of theses that serve for analysis and discussion. From these premises, in the second part the context of Colombia is positioned. Emphasis is placed on two elements: militarization and anti-communism as a way of building an internal enemy. The</p>
---	--

<p>consecuencia, es viable y necesario el uso del concepto.</p> <p><b>Descriptor:</b> Fascismo; Colombia; Militarización; Anticomunismo; Enemigo interno.</p>		<p>reflection concludes that fascist practices have been developed and maintained in Colombia; consequently, the use of the concept is viable and necessary.</p> <p><b>Descriptors:</b> Fascism; Colombia; Militarization; Anti-communism; Enemy within.</p>
---	--	--

## INTRODUÇÃO

Falar sobre fascismo geralmente remete a um imaginário cinematográfico de campos de concentração. Ele aponta para um momento histórico e uma localização geográfica específicos: a Europa do século XX. Entretanto, a noção de fascismo vai além desse imaginário. Ela não se limita a um período histórico ou a uma referência geográfica. É uma teia de práxis, ideologia, tipificação da sociedade e também o estabelecimento de regimes políticos. Possui características gerais e particulares para cada contexto.

É por isso que tanto se fala, se pensa e se escreve sobre o fascismo. Não é à toa. Hoje em dia, fala-se em **neofascismo**, **pós-fascismo**, **protofascismo** etc. Não é a intenção deste texto se aprofundar nas diferentes correntes teóricas ou no debate sobre esses termos. No entanto, ele parte de uma premissa: a necessidade de falar sobre a validade do fascismo e, portanto, de entender a importância das lutas antifascistas. Como bem expressa Zubiria:<sup>1</sup>

Os sintomas do retorno ou da persistência do fascismo são uma responsabilidade ética e acadêmica. A questão não pode se limitar a uma disputa de termos (neofascismo, urfascismo, protofascismo, novo fascismo, fascismo societal, etc.), mas deve apontar para a consciência iminente de seu perigo social e político.<sup>1(30)</sup>

O objetivo deste texto é refletir sobre a presença do fascismo na Colômbia. A pergunta inicial é: é válido falar de fascismo na Colômbia? Por que falar de fascismo? A penetração do tema mostrou que não é uma tarefa simples; não há debates definidos ou definitivos. Pelo contrário, o debate em torno dessas questões tem sido objeto de dissertações teóricas, midiáticas e políticas. Entre as complexidades, duas se destacam: 1) os elementos históricos e políticos do contexto colombiano, especialmente a existência de um conflito interno que dá ao fascismo suas próprias características. E 2) o uso generalizado do termo. O uso do conceito é tão corriqueiro que está entrelaçado com noções como autoritarismo, racismo, xenofobia, etc. Ele também foi apropriado

como um discurso combativo ou denunciatório. Essa situação leva a uma ampliação excessiva do termo e ao perigo, nesse caso, de ser tudo e se diluir no nada e na abstração.

A presente reflexão não é uma dissertação fechada; pelo contrário, pretende ser uma provocação para a análise das lutas antifascistas. Tampouco se trata de uma dissertação teórica sobre o fascismo. É uma dissertação reflexiva e argumentativa sobre a questão acima mencionada. A partir dessa perspectiva, não se pretende aplicar uma lista de verificação das características ou da anatomia do fascismo ao contexto colombiano. Fazer isso seria limitar a análise, esquecer as características próprias do país e ignorar a retrodeterminação entre a teoria e a realidade.

O texto consiste em duas seções. A primeira seção apresenta algumas premissas a partir das quais o objetivo é posicionar a análise da Colômbia em face do fascismo. Elas são apresentadas na forma de teses, na medida em que não são alusões fechadas ou acabadas ao fascismo. A partir da estrutura analítica fornecida pelas teses, a segunda parte trata do contexto colombiano. Dois elementos são examinados em profundidade: a militarização e a configuração do inimigo interno em relação à luta anticomunista. Esses fatores estão inter-relacionados e enquadrados nas características gerais do fascismo. Essa análise leva à conclusão de que as práticas fascistas foram historicamente desenvolvidas na Colômbia e continuam até hoje.

## **PREMISSAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS SOBRE O FASCISMO**

A intenção não é partir de uma definição de fascismo ou de uma espécie de lista com uma tipologia do fascismo. Optamos por algumas premissas, por meio de teses, que nos permitem abrir a análise para entender o caso colombiano.

### **Primeira**

O fascismo é um processo histórico da modernidade e do desenvolvimento do capitalismo. É um produto do antagonismo social inerente à dinâmica do capitalismo no século XX até os dias de hoje. Isso nos permite avaliar pelo menos dois elementos. Primeiro, não é possível analisar o fascismo sem assumir as condições materiais, sociais e subjetivas forjadas pelo capitalismo. Em segundo lugar, como bem aponta De Zubiria, “o fascismo nunca será uma tendência antissistema, será usado para legitimar o capitalismo em suas crises; sempre se oporá a qualquer projeto emancipatório para restaurar uma modernidade capitalista totalitária”.<sup>2(15)</sup>.

Essa premissa exige uma compreensão da formação dos Estados latino-americanos no contexto do desenvolvimento do capitalismo global. Em particular, é necessário entender as características da configuração do Estado-nação<sup>a</sup>.

## Segunda

O fascismo não é uma questão do passado. Muitas vezes se pensa que é um conceito ou uma ideia anacrônica: **foi um evento entre guerras, não é a época, o momento e o contexto**, e outras afirmações que garantem que o conceito não tem mais lugar hoje. Essas considerações estão erradas. O fascismo não é um parêntese do século XX em um continente específico. A tese acima revela que, sendo parte das contradições no desenvolvimento do capitalismo, sua existência, reajuste ou acomodação à nova dinâmica social dentro da estrutura do capital é viável. É uma questão de “vislumbrar, alertar, as possíveis formas de um fascismo do século XXI, não a reprodução do fascismo do período entre guerras”.<sup>3(3)</sup>

A ideia de deixar o fascismo para trás como uma situação do passado não é ingênua. Em seu cerne está a disputa sobre a história e a compreensão do passado/presente. Theodor Adorno<sup>4</sup> explica que o desejo de deixar o nacional-socialismo alemão **para trás** responde, entre outras coisas, à necessidade de continuar vivendo como uma **nação**, como se nada tivesse acontecido. O pensador de Frankfurt escreve:

A pessoa tem vontade de se libertar do passado: corretamente, porque sob sua sombra não é possível viver, e porque quando a culpa e a violência só podem ser pagas com nova culpa e nova violência, o terror não tem fim; erroneamente, porque o passado do qual se gostaria de fugir ainda está muito vivo. O nacional-socialismo sobrevive, e até hoje não sabemos se ele é apenas um mero fantasma do que foi tão monstruoso, ou se não morreu, ou se a disposição para o indescritível ainda está presente tanto nos homens quanto nas circunstâncias que os cercam.<sup>4(15)</sup>

O esquecimento, adverte Adorno, não é um fato inconsciente; é a consciência social “demasiadamente desperta”.<sup>4</sup> Um processo social que precisa situar um passado fechado no tempo. É a mesma ideia de negação, fechamento ou esquecimento dos processos de repressão vividos na América Latina do século XX.

---

<sup>a</sup> Esse não será o objetivo central do texto. Ele fará referência a alguns elementos gerais que nos permitirão entender a discussão.

Portanto, o uso do conceito de **fascismo** é também uma disputa pela história. A esse respeito, as contribuições de Reinhart Koselleck<sup>5</sup> sobre a não naturalidade do uso ou não uso de conceitos são apropriadas. Isso é tratado na tese a seguir.

### **Terceira**

O uso do conceito é necessário. Atualmente, ele está sendo substituído por outros conceitos, como populismo ou autoritarismo. Embora seja verdade que existam linhas semânticas tênues entre essas noções, é importante não diluir o conceito; como já foi apontado, a partir de uma análise histórica e sem esquecer os antagonismos sociais, o fascismo é específico de um estágio histórico que, com suas mudanças e dinâmicas, ainda estamos testemunhando.

Hoje, para entender o fascismo, é relevante refletir tanto diacrônica quanto sincronicamente. Em suas contribuições para a história dos conceitos, Koselleck enfatiza a necessidade de considerar os conceitos em ambas as dimensões. A sincronia se refere ao presente do evento e a diacronia é a profundidade temporal de um evento atual. Para Koselleck, “a diacronia e a sincronia estão necessariamente entrelaçadas no nível linguístico. O conceito possui um impulso histórico que leva à inovação, mas também muitos aspectos de permanência ou repetição discreta”.<sup>5(165)</sup>

Esses não são dois cenários mutuamente exclusivos; pelo contrário, a relação entre os dois permite a revisão da mudança e da permanência do conceito. É uma questão de ligar dialeticamente os dois momentos<sup>b</sup>. O impulso histórico do fascismo nos remete ao fascismo clássico: suas raízes, contexto, momento temporal e geográfico específico. Mas também nos permite entender, de forma sincrônica, as inovações e mudanças no tempo e no espaço.

Essa ideia leva à rejeição de qualquer tentativa de assumir uma lista fechada de características do fascismo clássico em comparação com diferentes realidades (neste caso, a Colômbia). Mas, ao mesmo tempo, exige que não se esqueça de seu impulso histórico.

### **Quarta**

O militarismo é uma característica do fascismo e, portanto, não se concilia com o pacifismo. O estabelecimento da ordem, de um status quo nacional característico do fascismo, não

---

<sup>b</sup> Koselleck utiliza essas noções de Saussure no desenvolvimento de campos linguísticos. No entanto, ele deixa claro que o faz como uma estrutura analítica e não apenas como uma ferramenta da linguagem, como faz o linguista suíço.

é possível sem a ascendência militar. Se analisarmos o impulso histórico do fascismo (seu surgimento na Europa do século XX), veremos que ele é determinado pelo surgimento da guerra.

Para Walter Benjamin,<sup>6</sup> a crítica do fascismo implica implicitamente a crítica da guerra. No texto “Para uma Crítica da Violência”, no capítulo sobre as teorias do fascismo alemão, uma resenha dos ensaios de Jünger escrita em 1930 adverte que o fascismo em ascensão é o culto à guerra da nação alemã:

Aqui está: A guerra, “a guerra eterna”, assim como a anterior, da qual tanto se fala, seria a expressão máxima da nação alemã. A esta altura, deve estar claro que por trás da guerra eterna está a noção de culto, enquanto por trás da última está a noção de tecnologia.<sup>6(50)</sup>

Sob essa perspectiva, o pacifismo não converge para o fascismo. Ele não se importa, nem está interessado nele. Até mesmo suas expressões são assumidas como o inimigo. Isso é destacado por Umberto Eco<sup>7</sup> nos 14 sintomas do fascismo eterno:

Para o Ur-Fascismo não há luta pela vida, mas sim “vida pela luta”. O pacifismo é, portanto, conivência com o inimigo; o pacifismo é ruim porque a vida é uma guerra permanente. Isso, no entanto, traz consigo um complexo de Harmagedon: como os inimigos devem e podem ser derrotados, terá de haver uma batalha final, como resultado da qual o movimento ganhará o controle do mundo. Essa solução final implica uma era sucessiva de paz, uma Era de Ouro que contradiz o princípio da guerra permanente. Nenhum líder fascista jamais conseguiu resolver essa contradição.<sup>7(9)</sup>

O culto à guerra e a rejeição ao pacifismo não são características apenas de regimes ditatoriais. Ou de épocas em que a ideia do estado de direito é anulada. É uma característica que pode sobreviver e sobreviver em qualquer circunstância, inclusive na democracia.

## **Quinta**

O fascismo vive e coexiste com a democracia e o discurso dos direitos humanos. Não é verdade que a democracia seja antagônica ao fascismo. Suas expressões podem nascer de dentro das democracias liberais que, ao promoverem as relações mercantis do capitalismo, precisam de práticas que mantenham o *status quo* e a ordem dominante.

Um dos argumentos para negar a existência do fascismo, especialmente na América Latina, é o fato de não ter havido regimes fascistas. Essa posição se esquece de que o fascismo não é apenas um regime. É também uma ideologia, uma visão de mundo e até mesmo uma cultura.<sup>8</sup> Destacando esse elemento, afirma-se que é uma cultura porque “queria transformar o imaginário coletivo. Para modificar estilos de vida”.<sup>8(11)</sup> Nesse sentido, o entrelaçamento do

fascismo como cultura, ideologia e projeto político significa que ele pode se desenvolver e coexistir em democracias liberais.

Da mesma forma, o fascismo hoje pode usar o discurso dos direitos humanos para elevar as práticas militaristas, policiais ou disciplinares.

Ele não esconde sua paixão por poderes autoritários, exige leis de segurança, maior intervenção da inteligência policial, permissividade da tortura, pena de morte, poderes unidimensionais, etc., mas, ao contrário de seus antecessores, não critica diretamente a democracia ou os direitos humanos. Pode misturar demagogicamente frases como “segurança democrática”, “guerra preventiva”, “ditaduras necessárias”, “armamento saudável”, etc.; às vezes se comporta como uma das espécies de “iluminismo racista”.<sup>1(33, grifo no original)</sup>

Na época, Adorno<sup>4</sup> advertiu que “a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia é potencialmente muito mais ameaçadora do que a sobrevivência das tendências fascistas contra a democracia”.<sup>4(12)</sup> Uma advertência atual, já que se trata de uma espécie de camaleão das expressões fascistas, que chegam a usar discursos aparentemente democráticos ou humanitários para esconder suas práticas.

Em suma, o fascismo de hoje, que coexiste nas democracias liberais, pode ser expresso de diferentes maneiras. Voltando a Eco:

Devemos tomar cuidado para que o significado dessas palavras não seja esquecido novamente. O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém olhasse para o cenário mundial e dissesse: “Quero que Auschwitz seja reaberto, quero que os camisas negras voltem a desfilar solenemente pelas praças italianas! Infelizmente, a vida não é tão fácil assim. O Ur-Fascismo ainda pode voltar com a aparência mais inocente. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas, todos os dias, em todas as partes do mundo.”<sup>7(14)</sup>

## **Sexta**

Uma característica clássica do fascismo é o anticomunismo. Uma de suas expressões foi seu uso como um freio a um projeto político. Entretanto, a partir de uma lente de análise sincrônica e situada para o caso da América Latina, essa característica não se esgota nessa ideia. Hoje não estamos testemunhando a urgência de deter o comunismo no mesmo sentido que em meados do século XX. No entanto, os processos político-militares e ideológicos no continente geraram uma ideia ampliada de comunismo que serviu como ferramenta para classificar o que mantém a ordem e o que ameaça a ordem. Foi (é) o prisma para criar e perseguir inimigos. Para classificar a sociedade.



## Sétima

O fascismo assume os sujeitos como objetos. A essência dos sujeitos não importa, pois o que importa é criar uma “massa” uniforme de população.

O totalitarismo considera as massas não como seres humanos autônomos, que decidem racionalmente seu próprio destino e que, portanto, devem ser tratados como sujeitos racionais, mas como objetos de medidas administrativas, que devem ser ensinados, acima de tudo, a serem humildes e obedecerem a ordens.<sup>9(11)</sup>

Essa massificação classifica os sujeitos. Ela cria uma alteridade que precisa ser dobrada ou eliminada. Em outras palavras, o fascismo não existe sem a criação de um **outro**, de um **diferente**. O alerta de Adorno sobre a criação de “espectros” gerados por essa alteridade ainda é válido hoje: “A propaganda fascista ataca espectros em vez de sujeitos reais, ou seja, cria uma imagem do judeu ou do comunista e a destrói sem muita preocupação com a correspondência entre essa imagem e a realidade”.<sup>9(11)</sup>

Um dos pilares dos quais emerge a identidade e, portanto, a criação de **espectros** que não se enquadram nessa identidade, é a ideia de **nação**. A partir dela, cria-se a concepção de que essa **identidade** é totalizante e única. Adorno ressalta que a ideia de nação é “forte o suficiente para unir centenas de milhões de pessoas em torno de objetivos que elas não podem considerar como seus em nenhum sentido imediato”.<sup>4(24)</sup> Esse é um falso discurso de uma única identidade, um único objetivo. O que não se encaixava na ideia da nação alemã merecia uma perseguição delirante e esquizofrênica:

[...] o nacionalismo poderia se tornar totalmente sádico e destrutivo. A fúria mundial de Hitler contra tudo o que era diferente, o nacionalismo como um sistema paranoico de loucura, já era desse tipo; a atração por essas características, sem dúvida, não é menor hoje. A paranoia, o delírio persecutório que assedia os outros, nos quais projeta o que quer que deseje, é contagioso.<sup>4(25)</sup>

Até mesmo a massificação dentro da noção de nação implica prefigurações corporais e estéticas. “A cultura fascista exaltava a ação, a viralidade, a juventude, o combate, traduzindo-os em uma certa imagem do corpo, em certos gestos, emblemas, símbolos que deveriam redefinir a identidade nacional”.<sup>8(111)</sup> Tudo isso criou uma espécie de **naturalidade** burguesa que implica sua antítese: o antinatural, aquilo que não se encaixa nos **valores** da nação.

Com as mudanças na dinâmica e nos tempos, hoje e nos países latino-americanos, a figura da nação continua sendo o eixo do qual emerge uma identidade homegeneizadora. A partir dessa

ideia, novas classificações continuam a ser erguidas, nas quais há um modelo de sujeito, de massa, de povo bom:

Há um “povo bom”, um “nós” (viril, homofóbico, antifeminista, antiaborto, indiferente à poluição ambiental e hostil ao intelectualismo) e um “povo ruim” (imigrante, drogado, marginal, imoral etc.), e há um “inimigo interno” (migrantes que tiram o emprego dos nacionais).<sup>1(33, destaques do original)</sup>

## **COLÔMBIA: MILITARIZAÇÃO, ANTICOMUNISMO E INIMIGO INTERNO**

Com as premissas acima em mente é que se analisa o contexto colombiano. Sem ignorar nenhuma das abordagens, já que, como mencionado, elas são um conjunto de ideias inter-relacionadas, vamos nos concentrar na quarta e na sexta teses como uma tentativa de argumentar porque, no contexto colombiano, essas duas características do fascismo existiram e ainda existem.

Esses dois elementos são a militarização e a criação de uma alteridade que é perseguida e eliminada. Nesse caso, a ênfase está na alteridade política, especificamente na configuração do que é conhecido como inimigo interno, que tem uma base anti-insurgente e anticomunista.

### **Militarização no contexto do conflito interno**

A Colômbia é um país que vive um confronto interno há mais de cinco décadas. O conflito se baseia nas características da constituição do Estado colombiano desde o início do século XX. Essas características andam de mãos dadas com o desenvolvimento das fases do capitalismo. A forma predominante de acumulação capitalista na Colômbia tem sido a violência e a desapropriação.<sup>10(5)</sup> É por isso que, para Alfredo Molano, o início do recente conflito armado (que começou em meados do século XX) “começa com a violência. E a violência está associada a dois fatores originários que se influenciam mutuamente: o controle sobre a terra e o controle sobre o Estado”.<sup>11(5)</sup>

A partir desse entendimento, o conflito da Colômbia não é apenas armado. Ele também envolve confrontos sociais e políticos. Até mesmo o estágio armado dos processos de subversão responde à dinâmica da luta de classes. Como Estrada afirma corretamente: “A contra-insurgência e a subversão são inerentes à ordem social capitalista predominante em nosso país. Se a subversão também assumiu a expressão de rebelião armada, isso se explica essencialmente pelas condições históricas concretas”<sup>10(6)</sup>.

Assim, da mesma forma que o fascismo faz parte do processo do próprio capitalismo, a sobrevivência, a dinâmica e a permanência do conflito interno na Colômbia também fazem parte dessa estrutura.

Nesse contexto, sob o pretexto de deter a insurgência armada, o Estado colombiano adotou uma política militarista que é visível em dois elementos centrais. Primeiro, a consolidação de um Estado com um arsenal militar de grande escala. É um culto aos militares, às suas ferramentas e técnicas. Esse elemento, embora não se possa dizer que seja o fascismo em si, é coerente e inerente aos regimes e ideologias fascistas. Portanto, um estado altamente militarizado é mais propenso à ascensão de um regime totalitário.

Em segundo lugar, o confronto político foi militarizado. No contexto do conflito, com as premissas descritas acima, o adversário político do Estado e das classes dominantes foi confrontado militarmente. Mas, além disso, a ideia de adversário era indiscriminada: não importava se era realmente o adversário no confronto. Esses elementos são típicos das práticas fascistas. No entanto, no caso da Colômbia, eles são camuflados por discursos sobre as leis da guerra: acabar com o inimigo.

Uma das ferramentas que influenciou a direção tomada foi a aplicação e a adaptação da Doutrina de Segurança Nacional. Embora tenha sido usada na América Latina como a variante da segurança nacional que surgiu na Europa após a Segunda Guerra Mundial, o próprio contexto da Colômbia acrescentou elementos que permitiram sua sobrevivência até os dias de hoje. Vejamos.

Em termos gerais, a Doutrina de Segurança Nacional implica “uma concepção militar do Estado e do funcionamento da sociedade, o que explica a importância da ‘ocupação’ das instituições do Estado pelos militares”.<sup>12(75, grifo nosso)</sup> Em sua gênese e desenvolvimento, a essência da doutrina era buscar dois elementos: o inimigo interno e a luta contra o comunismo. Embora, a partir da década de 1960, o discurso oficial posicionasse a insurgência armada como o inimigo, o fato é que a construção do inimigo marcaria uma característica do Estado colombiano: posicionar como inimigo qualquer adversário, armado ou não, da ordem estabelecida e dos interesses supostamente supremos do país.

A internalização da Doutrina de Segurança Nacional ajudou a consolidar uma espécie de Estado reativo diante das diferenças, dos processos de autogestão, das demandas sociais e, em geral, de tudo o que vai além da identidade do Estado-nação. Isso não se materializa apenas em ações militares, mas é acompanhado pela geração de um imaginário coletivo que busca implementar uma ideia social e cultural do que é **bom** para o país. É um tipo de subjetividade que se baseia na falsa ideia de **boa ordem** e/ou segurança. Isso gera justificativas e promove a violência cultural.

Institucionalmente, em 2011, foi instituído um processo de mudança da doutrina das forças militares para estabelecer a Doutrina de Damasco, com a ideia - de acordo com o governo de Juan Manuel Santos (2010-2018) - de deixar para trás a Doutrina de Segurança Nacional. O governo de Iván Duque (2018-2022) preferiu deixar essa transição de lado. Ele retomou os postulados da Doutrina de Segurança Nacional.

Independentemente das tentativas de mudança de acordo com os governos no poder, as práticas da Doutrina de Segurança Nacional foram construídas como uma política de Estado. O processo de internalização da doutrina tem raízes históricas que não podem ser eliminadas por meio de decretos. Além disso, as ideias dessa doutrina foram além das forças militares; ela foi internalizada nas elites dominantes e passou a fazer parte de suas formas de luta. Embora a Doutrina de Segurança Nacional seja o preceito que orienta as forças armadas, ela não se limitou a esse campo. Como observado, essa ideia forjou uma subjetividade em um setor da sociedade que reproduz a ideia do inimigo, o medo do suposto perigo que ele gera, o estigma que ele gera e até justifica sua eliminação.

Isso leva à conclusão de que a Doutrina de Segurança Nacional não é apenas uma ferramenta militar: é a visão de uma ordem social que deve lutar contra expressões que a ameaçam. Isso explica por que ela continua a ser válida dentro das forças militares e em certos setores da sociedade colombiana.

Agora, vamos dar uma olhada mais de perto na luta anticomunista na Colômbia. Como afirmado na sexta tese, o anticomunismo é característico do fascismo. Entretanto, será que essa ideia ainda é válida hoje? No presente caso, o contexto colombiano, a resposta é sim.

### **A extensão do anticomunismo como uma característica das práticas fascistas na Colômbia**

Já foi dito que uma das práticas históricas na Colômbia é a criação de inimigos, de uma alteridade, de um adversário que é combatido militarmente. Uma perseguição desenfreada a essa alteridade, que pode até ser um espectro, como diz Adorno. Uma das ferramentas para a criação desse inimigo foi a luta contra o comunismo ou o anticomunismo.

O anticomunismo de ontem é o anticomunismo de hoje? É uma espécie de vinho velho em uma garrafa nova? Dada a dinâmica histórica, seria um erro dizer que é o mesmo anticomunismo. Ele variou de acordo com a dinâmica histórica. Além das características de cada período, o que é

interessante notar é que a ideia do anticomunismo, com suas mudanças, ainda está presente na Colômbia.

Embora seja verdade que o anticomunismo foi concebido como uma forma de deter o projeto político ou, em outras palavras, de deter a revolução, também é verdade que ele foi a plataforma discursiva e prática para gerar uma alteridade política que precisava ser eliminada. Esta última, independentemente de ser ou não comunismo, de haver ou não um projeto revolucionário. Lembremo-nos de que, para a propaganda fascista, como Adorno corretamente adverte,<sup>(9)</sup> não importa se o discurso coincide com a realidade. Dessa forma, surgiu um anticomunismo particular na Colômbia, mesmo antes da Guerra Fria - como veremos a seguir -, que se mantém até os dias de hoje.

Inicialmente, desde 1920 e nas primeiras décadas da Guerra Fria, o anticomunismo se concentrava em impedir um projeto político. A ideia clássica de impedir a revolução comunista. Na década de 1920, diferentes mecanismos foram empregados para impedir a propagação da Revolução Russa.

Um dos mecanismos foi a emissão de leis que, pela lógica da hegemonia conservadora, impediriam qualquer expressão comunista. Em 26 de abril de 1927, foi assinado um decreto que autorizava a polícia a deter qualquer expressão de organização política, como um prelúdio para a comemoração do 1º de maio.<sup>13</sup> Em novembro do mesmo ano, foi aprovada a Lei 103, que endureceu as regulamentações sobre imigração, especialmente de pessoas que promulgavam doutrinas comunistas ou anarquistas. A lei mais emblemática desse período era conhecida como a Lei Heroica, que buscava deter **a ameaça bolchevique**. Depois de debates tensos na legislatura e da oposição de uma seção do partido liberal, a lei foi aprovada em setembro de 1928. Entre outras coisas, ela criminalizava a organização social, a tentativa de subversão, ações contra a ordem pública, a família e a propriedade privada. Uma característica marcante da lei foi a criação de juízes de imprensa. Esses juízes tinham como função revisar o conteúdo da imprensa e censurar seu conteúdo.<sup>14</sup>

Com o advento da Guerra Fria, essa linha foi mantida: gerar todos os tipos de ferramentas, inclusive legais, para deter o **projeto comunista**. A partir de 1950, a preocupação era deter o comunismo internacional. A época coincidiu com um contexto político propício à germinação desse tipo de anticomunismo: a violência desencadeada após o assassinato de Jorge Eliecer Gaitán

em 1948; a ascensão à presidência do líder conservador, simpático ao franquismo, Laureano Gómez em 1950; e a chegada ao poder do general Gustavo Rojas Pinilla.

Durante o período de Gustavo Rojas Pinilla, foi emitido o ato legislativo nº 6, de 14 de setembro de 1954, “pelo qual se decreta a proibição do comunismo internacional”,<sup>13(18)</sup> cujo primeiro artigo estabelecia: “fica proibida a atividade política do comunismo internacional”.<sup>13(18)</sup> Em 1956, foi emitido o decreto nº 434, responsável por regulamentar o ato legislativo. “De acordo com a medida de Rojas, era necessário regulamentar a proibição do comunismo internacional, porque “tal atividade vai contra a tradição e as instituições cristãs e democráticas da República, e perturba a paz e a tranquilidade públicas”.<sup>13(19)</sup>

Essas disposições definiram um novo rumo para a luta de classes na Colômbia. Em primeiro lugar, o Partido Comunista foi forçado à clandestinidade, mas, além disso, a regulamentação e a censura foram estendidas a todas as expressões comunistas, ou melhor, àquelas que as autoridades presumiam ser comunistas<sup>14</sup>. Em segundo lugar, nas áreas rurais, começaram a perseguição e o bombardeio de camponeses que exigiam terras e buscavam formas autogerenciadas de organização social.

Esse clima levou a uma espécie de delírio comunista: perseguir qualquer pessoa ou expressão que estivesse fora do *status quo*, do Estado e de seus interesses, que eram os das elites. É por isso que falamos sobre a ampliação do anticomunismo: ele não é apenas a prisão dos processos revolucionários, é a ferramenta para gerar a alteridade e eliminá-la. É um tipo de anticomunismo bruto: não poupa nem está interessado em apoio ideológico ou real. Ele é aplicado a tudo o que quer ser determinado como **inimigo**.

O anticomunismo é combinado com lutas anti-insurgentes. Quando se faz referência à existência dessas práticas, dois erros tendem a ser cometidos: 1) considerar que elas começaram com o surgimento das guerrilhas na Colômbia na década de 1960. E 2) acreditar que seus alvos são apenas as insurgências armadas.

Com relação à primeira, Renán Vega se refere à existência de uma **contrainsurgência** histórica, que começou no início do século XX. Ele se refere a ela como **contrainsurgência nativa**.<sup>15</sup> É uma perseguição que se consolidou a partir da década de 1920 para perseguir qualquer pessoa que se considere de esquerda ou mesmo que tenha ideias liberais. Desde então, tem agido sob a lógica de criar e perseguir um inimigo.

Na contrainsurgência, a construção do inimigo é fundamental, o que vem sendo feito desde a década de 1920, quando surgiu a ideia do comunismo como o adversário supremo dos “valores sagrados” da nacionalidade colombiana. O termo genérico comunismo é usado para representar um conjunto diversificado de setores sociais, incluindo sindicatos, associações de camponeses e, em geral, aqueles que exigem demandas para melhorar suas condições de vida, razão pela qual devem ser combatidos. Na Colômbia, o anticomunismo é anterior ao surgimento de qualquer movimento que se autodenomine comunista e, da mesma forma, a contrainsurgência surgiu antes da existência dos movimentos guerrilheiros.<sup>15(11)</sup>

É a gênese de estereótipos considerados perigosos para os interesses nacionais. Lembremos que, na época, a Colômbia estava sob o domínio da hegemonia conservadora que vigorava desde 1903. Essa contrainsurgência nativa desenvolveu uma característica que tem sido reforçada até os dias atuais: o medo.

A constituição de longo prazo de um estado contra-insurgente tem origem em vários medos complementares das classes dominantes: *medo do povo*, *medo da democracia* e *medo da revolução*. Esses medos são alimentados pelos estereótipos dos comunistas como malignos, bárbaros, selvagens e inimigos de Deus, da Pátria e da Lei, que são o fermento do *ódio contra-insurgente* que justifica antecipadamente a violência exercida contra esses “inimigos”, tanto pelo Estado quanto por indivíduos particulares. Esse ódio contra-insurgente nasceu na década de 1920 e foi alimentado pelo terror provocado pelos protestos sociais que eclodiram no país em 1918.<sup>15(11, ênfase no original)</sup>

De acordo com o estudo de Vega Cantor,<sup>15</sup> a segunda fase da política de contrainsurgência corresponde ao período do Partido Liberal no poder, de 1930 em diante. Nesse período, “o anticomunismo é levantado dos púlpitos pelas hierarquias eclesiásticas, a maior parte do partido conservador - como uma forma de manifestar sua oposição à República Liberal”.<sup>13(17)</sup> É um período em que as posições liberais, não exatamente de esquerda, são consideradas inimigas e recebem o rótulo de perigo.

Renan Vega explica que a Guerra Civil Espanhola foi usada como pretexto pelos conservadores para demonizar o comunismo e o setor reformista do partido liberal. Em seus discursos, eles postulavam uma luta entre o catolicismo e o comunismo ateu.<sup>15</sup>

Testemunhamos, então, a consolidação de um Estado, dirigido e consolidado pelas elites do país, com amplas raízes anti-insurgentes. Mas, como já foi destacado, essa visão também é internalizada e disseminada em diferentes setores sociais. Um dos exemplos encontrados em estudos históricos do período é o surgimento do grupo dos Leopardos.

Esse era um grupo de intelectuais que pertenciam ao partido conservador. Entre os mais proeminentes estavam Álzate Avendaño e Silvio Villegas. Eles “acrescentaram um ingrediente fascista ao clima pré-insurrecional da ala direita, e essa atitude foi influenciada, em grande parte, pelo triunfo da Frente Popular na Espanha em fevereiro de 1936”.<sup>14(290)</sup>

Em geral, sua ideologia era identificada com a ascensão do nacional-socialismo europeu. Eles concordaram em levantar as bandeiras da defesa da pátria com base nos valores nacionais, na ordem, na autoridade e na defesa da religião católica.

Os Leopardos começariam a gozar de amplo reconhecimento dentro do Partido Conservador e no contexto político em geral. Em torno do grupo de jovens conservadores, começou a se formar uma frente unida, composta pela imprensa católica de diferentes regiões do país e por algumas das figuras políticas conservadoras mais proeminentes da época, encarregadas da reconstrução intelectual e política do conservadorismo.<sup>16(135)</sup>

A existência de Los Leopardos é muitas vezes subestimada; diz-se que não passava de uma espécie de grupo de reflexão e propaganda. Embora isso seja verdade, não se pode esquecer que a disseminação de princípios ou propaganda fascistas não é um elemento menor na disputa por subjetividades. Embora tenha sido um grupo de sua época, é um exemplo do surgimento de diferentes expressões sociais que vêm forjando, ao longo do tempo, visões nacionalistas e o culto à suposta boa ordem da sociedade.

David Rincón<sup>16</sup>, em sua pesquisa sobre o fascismo na Colômbia durante o período de 1936-1941, apresenta um trabalho quase inédito sobre o assunto. Trata-se do livro de Antonio Cusgüén<sup>17</sup>, escrito em 1934, no qual ele convoca as organizações sindicais da época sobre o advento do fascismo. De acordo com a análise de Cusgüén<sup>15</sup>, o país estava maduro para isso, especialmente devido ao nacionalismo acentuado e à ascensão da ideologia conservadora.

Como argumentou o autor, as condições do país em meados da década de 1930 criaram um ambiente favorável para o surgimento do fascismo no país, motivado pela tensão política, pela fragmentação dentro dos partidos tradicionais e pela ascensão do pensamento de extrema direita que vinha se espalhando entre os novos grupos de conservadorismo desde a década anterior.<sup>16(128)</sup>

A advertência não foi um exagero. Era uma leitura dos tempos, mas também uma perspectiva do que estava por vir. Não estava errado. Embora não tenha culminado na ascensão de um regime de estilo europeu, foi a incubação de um Estado que se apropriaria dessas visões e práticas e de uma subjetividade em alguns setores sociais. “O fluxo de ideias do franquismo e do fascismo e, em particular, a noção de ‘pureza racial’ compartilhada por setores das elites



conservadoras e liberais, no imaginário coletivo de uma sociedade tradicional, rural e dividida em castas. Para eles, os latino-americanos eram uma raça inferior por causa do componente indígena e negro de suas populações”<sup>17(49)</sup>

A partir de 1940, o anticomunismo “deixou de ser uma concepção exclusiva do partido conservador e das hierarquias católicas e se tornou a doutrina do Estado que justificou a perseguição à insurgência popular, o estabelecimento do terrorismo de Estado e a aliança com os Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria”.<sup>15(18)</sup>

Na década de 1950, a combinação da “contrainsurgência nativa” com o anticomunismo da Guerra Fria levou a um tipo de anticomunismo colombiano. Com suas próprias características e particularidades. Como mencionado, não será apenas a prisão da revolução, mas também a perseguição de tudo o que for considerado perigoso para a ordem nacional. Da mesma forma, mescla a militarização com ações que geram subjetividades, retoma aquelas historicamente desenvolvidas há décadas e as nutre e dinamiza ao longo do tempo.

Essa combinação desencadeia e reflete o que, a partir de então, será um medo e, portanto, um ódio do popular, do povo, da democracia direta, da comunidade e dos processos comunitários. É a estrutura que cria a alteridade, o inimigo. Temos, então, a configuração de uma das características do fascismo, como foi exposto na sexta e sétima teses.

A construção desse inimigo, o inimigo de ontem e de hoje, é feita por meio de um prisma dicotômico que classifica pessoas e comportamentos. Assim como o discurso na década de 1930 girava em torno de católicos e ateus, nas décadas seguintes tratava-se de amigo/inimigo; civilizado/insurgente; cidadão de bem/não cidadão; pessoas de bem/vândalo.

Essa última dualidade foi percebida na greve social que a Colômbia viveu em 2021. Foi nesse cenário que se refletiu, entre outras coisas, o ódio e as diferentes estratégias históricas que foram desenvolvidas no país para combater esse tipo de revolta. É o exemplo mais recente em que as práticas fascistas foram evidentes: a militarização do protesto social, os assassinatos, as expressões de ódio e a configuração do inimigo.

Com relação a este último, vale a pena dizer, a título de exemplo, que um dos inimigos criados na greve de 2021 foram os defensores dos direitos humanos. Eles foram considerados parte da nova configuração da ideia do inimigo interno. Portanto, foram alvo de práticas de violência política por parte do Estado e de suas diferentes estratégias.<sup>19</sup> Lembremos que um dos adversários

do fascismo é o pacifismo; portanto, não é surpreendente que líderes que defendem os direitos humanos e a construção da paz sejam alvo dessas práticas.

## **CONCLUSÕES**

### **UM TERRENO FÉRTIL PARA PRÁTICAS FASCISTAS**

A pergunta inicial feita neste texto é se é válido ou não falar de fascismo na Colômbia. A partir da reflexão realizada nestas páginas, a resposta é que é válido falar de fascismo. A existência de um cenário com um culto ao militarismo, a militarização do adversário e a tendência histórica de construir um inimigo criaram espaços favoráveis para que as práticas fascistas se materializassem com mais força em determinados momentos.

Essas práticas não são temporárias, são históricas; não são esporádicas, têm sido constantes; não são soltas, estão relacionadas aos interesses econômicos do Estado-nação, que não têm sido diferentes do desenvolvimento do capitalismo. São práticas internalizadas como política de Estado. Isso não quer dizer que em alguns governos essas práticas tenham se acentuado ou se materializado com mais força. Em vez disso, é uma questão de entendê-las como um processo histórico.

O contexto do conflito armado não apenas camuflou algumas práticas fascistas, como as descritas sobre o inimigo interno ou a militarização do adversário político, mas também naturalizou essas práticas sob o pretexto da guerra interna. Em outras palavras, as práticas fascistas são ocultadas em nome da guerra. Um exemplo disso é a perseguição, a prisão e o assassinato de líderes sindicais na década de 1970 no âmbito do estatuto de segurança do presidente Julio Cesar Turbay. Em anos mais recentes, especificamente nos mandatos presidenciais de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), houve o assassinato de civis para fazê-los passar por supostos guerrilheiros mortos em combate.<sup>c</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional foi o pano de fundo para essas práticas fascistas. Ela promoveu a criação de uma subjetividade que permanece até hoje. As próprias conotações da Colômbia fazem com que seja válido continuar analisando o anticomunismo como uma característica na configuração dessas práticas. Trata-se de revelá-lo como uma política de Estado,

---

<sup>c</sup> Até o momento, a Jurisdição Especial para a Paz documentou 6.402 casos de assassinatos desse tipo. A maioria deles são jovens camponeses ou jovens de bairros pobres de algumas cidades colombianas. Muitos casos se destacam quando as vítimas tinham algum tipo de deficiência. Na Colômbia, eles ficaram conhecidos como “falsos positivos”. Na realidade, são um exemplo de práticas de extermínio da população civil sob o discurso da guerra.

com suas práticas militares, mas também como a construção de imaginários sociais que alimentaram, justificaram e geraram violência política e cultural na sociedade colombiana.

Essas práticas foram desenvolvidas e coexistem em um Estado governado pelo estado de direito e pela democracia, e dentro da estrutura do discurso dos direitos humanos. É por isso que elas podem ser apresentadas ou camufladas de diferentes maneiras. O fascismo hoje, especificamente na Colômbia, não assumirá a forma de campos de concentração ou imagens de Auschwitz. Ele teve e tem outras imagens que precisam ser vistas e tornadas visíveis.

Em termos de espaço, o componente paramilitar não foi mencionado. Entretanto, ele é um fator presente nas práticas militares e na execução do inimigo interno. Da mesma forma, a ação paramilitar tem sido uma ferramenta para promover e estabelecer, por meio da violência, uma ordem social desejada baseada em ideologias ultraconservadoras. Pesquisas e reflexões futuras precisarão se aprofundar no papel do paramilitarismo na execução e expansão das práticas fascistas na Colômbia.

Por fim, com relação a tudo o que foi dito acima, deve-se enfatizar que as lutas antifascistas são relevantes. Assim como na década de 1930 houve um alerta sobre a ascensão do fascismo, no século XXI o chamado ainda é válido. Especialmente quando obscurecido pelo domínio dos discursos democráticos liberais.

É necessário assumir as expressões e subjetividades fascistas sem esquecer seu processo histórico e seu desenvolvimento nas características do presente. Isso implica alertar e desvelar os discursos que glorificam supostas liberdades e são camuflagens para visões ultraconservadoras.

Não se deve esquecer que a luta contra o fascismo é uma luta contra o capitalismo. Assim como o capitalismo não é homogêneo e tem fissuras que se transformam em sua demolição, o fascismo - no regime, nas subjetividades e nas práticas - também as tem. Afirmar sua existência não implica aludir a uma sentença de sua presença eterna, como se a história estivesse encerrada. Pelo contrário, é um chamado para aprofundar e não subestimar as lutas antifascistas. Para a reflexão apresentada nestas páginas, então, será dito que na Colômbia esse tipo de luta anda de mãos dadas com a militarização e a desconstrução da ideia do inimigo interno.

## **REFERÊNCIAS**

1. De Zubiria Samper S. Aproximaciones al fascismo: modelos interpretativos. Rev Izquierda (Bogotá) [Internet]. 2020 dic 2020 [citado 30 mar. 2023];(92):29-37.

Disponible en: <https://revistaizquierda.com/aproximaciones-al-fascismo-modelos-interpretativos/>

2. De Zubiria Samper S. Aproximaciones al fascismo: concepto y tesis. Revista Izquierda. octubre de 2020;(90):13-27. Disponible en: <https://revistaizquierda.com/aproximaciones-al-fascismo-concepto-y-tesis/>
3. Traverso E. Espectros del fascismo: pensar las derechas radicales en el siglo XXI. Pasajes Rev Pensam Contemp. 2016 [citado 30 mar. 2023];(50):4-20. Disponible en: <https://roderic.uv.es/handle/10550/57764>
4. Adorno TW. Educación para la emancipación. Madrid: Ediciones Morata; 1998.
5. Koselleck R. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje Político y Social. Trotta; 2012.
6. Benjamín W. Para una crítica de la violencia y otros ensayos: Iluminaciones IV. Buenos Aires: Taurus; 2011.
7. Eco U. Los 14 síntomas del fascismo eterno. Barcelona: Lumen; 1995.
8. Traverso E. La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2012.
9. Adorno TW. Ensayos sobre la propaganda fascista: psicoanálisis del antisemitismo. Buenos Aires: Paradiso; 2005.
10. Estrada Álvarez J. Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada: elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado [Internet]. [lugar desconocido]: Espacio Crítico; 2015 [citado 30 mar. 2023]. Disponible en: [http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv\\_estrada.pdf](http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv_estrada.pdf)
11. Molano Bravo A. Fragmentos de la historia del conflicto armado: 1920-2010 [Internet]. [lugar desconocido]: Espacio Crítico; [201?] [citado 30 mar. 2023]. Disponible en: [http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv\\_molano.pdf](http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv_molano.pdf)
12. Buitrago FL. La doctrina de seguridad nacional: materialización de la guerra fría en América del Sur. Rev Estud Soc. 2003;(15):74-87.
13. Cajas Sarria MA. El derecho contra el comunismo en Colombia, 1920-1956. Izquierdas (Santiago). 2020;(49):1-22. <http://doi.org/10.4067/S0718-50492020000100201>.
14. Cajas Sarria MA. La “ley heroica” o de defensa social de 1928 contra la “amenaza bolchevique” en Colombia. Rev Estud Hist Jurid. 2020;(42):429-54.
15. Vega Cantor R. La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia: injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado [Internet]. [lugar desconocido]: Espacio Crítico; [2015] [citado 30 mar. 2023]. Disponible en: [http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv\\_vega.pdf](http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv_vega.pdf)

16. Rincón D. Fascistas criollos: el fascismo en Colombia, 1936-1941: un ejercicio de historia conceptual [Trabajo de grado]. [Medellín]: Universidad de Antioquia; 2021.
17. Cusgüén A. El fascismo en Colombia. Bogotá: Tipografía París; 1934.
18. Medina M. Historia del partido comunista en Colombia. Bogotá DC: Centro de Estudios e Investigaciones Sociales; 1980.
19. Martínez D. La praxis de la fuerza pública en el trato a las y los defensores de derechos humanos en el marco del paro nacional del 2021 en la ciudad de Pasto y su relación con la lógica de la Doctrina de Seguridad Nacional. [Pasto]: Universidad Cooperativa de Colombia; 2022.